



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA**

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
(versão para publicação - contém modificações para garantir sigilo de dados sensíveis)

**CONFORME RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 15/CUn/2011,
RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 8 DE JUNHO DE 2007 e RESOLUÇÃO CNE/CES 1/2018,
DE 06 DE ABRIL DE 2018*

NOME DO CURSO: Especialização em Educação e Infância nos Movimentos Sociais do Campo

COORDENADOR: Prof. Dr. Mauro Titton

FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 2024



**Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada**

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

1. Nome do curso: Especialização em Educação e Infância nos Movimentos Sociais do Campo

Departamento responsável pela oferta do curso: Metodologia de Ensino – MEN/CED
Centro de Ensino: Centro de Ciências da Educação - CED

2. Coordenador (a)

Nome completo: Mauro Tilton

Sexo: Masculino

Email: m.tilton@ufsc.br

Regime de trabalho:

☒ (X) DE

☐ () 40 horas

☐ () 20 horas

Telefone: +55 (48) 3721-2902

Titulação acadêmica: Doutorado em Educação

3. Endereço de Funcionamento do Curso:

Logradouro: R. Eng. Agrônomo Andrei

Cristian Ferreira

Número: 240-432

Complemento: Sala 104 do Bloco D do

CED – UFSC

Bairro: Carvoeira

CEP: 88040-535

UF: SC

Município: Florianópolis

Telefone: +55 (48) 3721 2243

E-mail:

pronerainfancia@contato.ufsc.br

Site do curso:

<https://pronerainfancia.paginas.ufsc.br/>

4. Período de funcionamento do curso: 27/01/2025 a 26/01/2027

5. Período de funcionamento das turmas: A previsão é de que seja ofertada uma única turma: 03/02/2025 a 30/01/2027

6. Modalidade: ☒ (X) Presencial ☐ () A distância

Na modalidade presencial é previsto 20% da carga horária total do curso em conteúdos semipresenciais (Conforme Art. 8, §2º da Res. Norm. nº 15/CUn/11)?

SIM ☐ () Quais disciplinas:

NÃO ☒ (X)



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

7. Carga horária total do curso: 600 horas / aula

Carga horária teórica: 420

Carga horária prática: 180

(01 crédito teórico = 15h)

(01 crédito prático = 45h)

Para cursos com mais de 360 horas, o aluno poderá não cursar alguma disciplina?

() SIM: Carga horária: _____ Nº de créditos: _____

Há disciplinas específicas, neste caso? Quais? _____

(X) NÃO

8. Número de vagas previstas: 60 (sessenta)

Em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa 145/2020/CUN, de 27 de outubro de 2020, da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente em seu Art. 6º, serão destinadas no mínimo 12 (doze) vagas para estudantes negros(as) (pretos/as e pardos/as) e indígenas e no mínimo 5 (cinco) vagas para pessoas com deficiência e para aquelas pertencentes a outras categorias de vulnerabilidade social.

9. Turno de Oferta:

() matutino

() vespertino

(X) integral

() Noturno

() Não se aplica – no caso de cursos a distância

10. Periodicidade:

() diário

() fim de semana

() quinzenal

(X) outros - especifique: Por módulos, conforme o Projeto Político-pedagógico. Organizado em módulos que deverão ocorrer duas vezes ao ano e seguindo as orientações contidas no Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional de Educação do Campo e do PRONERA.

11. Público-alvo: Público beneficiário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010, que regulamenta a Política Nacional de Educação do Campo e do PRONERA). Trabalhadores e trabalhadoras que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental preferencialmente em áreas de Reforma Agrária.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

12. Pré-requisitos para ingresso no curso e critérios de seleção

Seguindo as normas da Universidade, presentes na Resolução Normativa Nº 15/CUn/2011, os educandos e educandas serão selecionados e selecionadas por meio de critérios contidos em Edital público, dentre os quais deverão constar:

- Portadores de diploma de curso de graduação reconhecidos pelo MEC;
- Comprovação de formação profissional em nível superior nas áreas do conhecimento definidas no edital;
- Cumprimento às normas dispostas no Manual de Operações do PRONERA (Portaria/INCRA/P/Nº 19, de 15.01.2016)
- Comprovação de que atuem pedagogicamente com crianças em áreas de Reforma Agrária.
- Em cumprimento ao disposto na RN 145/2020/CUN de 27 de outubro de 2020, Artigo 7º “Art. 7º O(A) candidato(a) que concorrer à vaga prevista para autodeclarados negros(as) (pretos(as) e pardos(as) deve entregar, no ato de inscrição, declaração em que se autodeclara negro(a).”

- Em cumprimento ao disposto na RN 145/2020/CUN em seu Art. 8º O(A) candidato(a) que concorrer à vaga prevista para indígenas deve entregar, no ato de inscrição, manifestações de pertencimento à etnia previstas em edital, dentre as seguintes:

- I – Declaração do cacicado ou de outros órgãos de representação indígena; ou
- II – Declaração de pertencimento a grupo indígena.

Art. 9º. É obrigatória, para a inscrição, a assinatura de termo de autodeclaração indígena.

- Em cumprimento à RN 145/2020/CUN, em seu Art. 11. O(A) candidato(a) que concorrer à vaga prevista para pessoa com deficiência deve entregar, no ato de inscrição do processo seletivo, os seguintes documentos:

- I – atestado médico emitido nos últimos 12 (doze) meses, assinado por um(a) médico(a) especialista na área da deficiência alegada pelo candidato, contendo o grau ou nível de deficiência, o código correspondente à Classificação Internacional de Doença (CID) e um parecer do(a) médico(a) contendo as necessidades específicas, considerando as peculiaridades da deficiência;
- II – para candidatos(as) com deficiência auditiva, audiometria (tonal e vocal) e imitanciometria, realizadas nos 12 (doze) meses anteriores à inscrição no processo seletivo;
- III – para candidatos(as) com deficiência visual, exame oftalmológico em que conste a acuidade visual, realizado nos últimos 12 (doze) meses, e laudo médico.

Parágrafo único. Atestados, exames e laudos médicos deverão apresentar CID, nome legível, carimbo e assinatura do(a) profissional e CRM.

Para cumprimento deste Artigo, deve ser considerado o que estabelece o Art. 10. Somente serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias indicadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, bem como no § 2º do artigo 1º da Lei nº 12.764/2012 e no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015.

Parágrafo único. No ato de inscrição, o(a) candidato(a) deverá informar a deficiência que apresenta, se necessita e quais adaptações serão necessárias para a realização das provas,



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

que serão atendidas segundo critérios de viabilidade e razoabilidade analisados por equipe multiprofissional, com auxílio da SAAD.

- Avaliação de conhecimentos: Etapa Única: produção textual acerca das relações entre educação, infância e Movimentos Sociais e sua atuação pedagógica com crianças, cujas normas específicas de produção e avaliação, data e hora serão divulgadas em Edital público específico, divulgado na página do Curso na internet e outros meios disponíveis.

As pessoas aprovadas na Etapa Única comporão a turma de acordo com a ordem crescente de classificação até o número de vagas (sessenta). Os critérios de classificação serão especificados no Edital público.

13. O curso oferece alguma bolsa?

- ☐ própria
☐ órgão de fomento
☐ órgão empregador
☒ outras - especifique: Oferece ajuda de custos segundo estipula a Portaria/INCRA/P/Nº 19, de 15.01.2016
☐ não oferece nenhum tipo de bolsa

14. Curso desenvolvido em parceria? SIM

Instituições envolvidas:

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Superintendência Regional de Santa Catarina SR/10 - CNPJ: 00.375.972/0021-04
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

15. Fonte de Financiamento:

- ☐ Instituição ou empresa (gratuito ao aluno)
☒ Recursos públicos (gratuito ao aluno)
☐ Mensalidades pagas pelo (a) estudante
☐ especificar outras formas, se for o caso: _____

16. Justificativa (razões que deram origem à criação do curso):

A demanda de realização do presente curso foi apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC pelo Setor e Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, particularmente aos professores que atuam no PRONERA/CED/UFSC e aos professores que atuam no campo de conhecimento Educação e Infância no Centro de Ciências da Educação desta Universidade.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

A proposta de um Curso de Especialização em Educação e Infância nos Movimentos Sociais do Campo, a ser realizado na UFSC, se assenta em duas justificativas principais: a demanda de formação de educadores das áreas de Reforma Agrária da região sul do país que atuam com crianças; a capacidade da UFSC em coordenar este projeto.

No que se refere à formação de educadores que atuam com criança nas áreas de Reforma Agrária, pensamos ser necessário enfatizar o já amplamente conhecido problema de exclusão das populações do campo no acesso e permanência das crianças e jovens à educação escolar e ainda a insuficiente oferta da Educação Infantil pública no país, particularmente no campo. O acesso e permanência da criança à educação institucional têm raízes históricas e apresentam elementos políticos, econômicos e culturais determinantes para a proposição do presente curso.

As diversas escolas de Ensino Fundamental, as instituições de educação infantil e as cirandas infantis nos assentamentos e acampamentos da região sul do Brasil são fruto da luta pelo direito à terra para produzir a vida e à educação para formar o ser humano. Segundo dados do Setor de Educação do MST, por exemplo, somente na Região Sul, existem aproximadamente 250 escolas de anos iniciais do Ensino Fundamental e 50 cirandas infantis, onde atuam mais de mil educadores. Sabe-se que os educadores de anos iniciais do ensino fundamental na grande maioria já possuem cursos de graduação e alguns em nível de pós-graduação. Já entre os educadores das cirandas infantis, a formação em nível de graduação é menos frequente, dependendo do reconhecimento formal destas unidades educativas por parte das prefeituras municipais. Neste sentido, evidencia-se uma grande demanda de formação de profissionais da educação atuando com crianças em assentamentos e que são potenciais educandos para a realização do Curso.

Ressalta-se ainda a importância que a educação da infância tem adquirido junto aos Movimentos Sociais do Campo, que se expressa na organização de Cirandas Infantis e na concepção que orienta as mesmas, na realização de diversas atividades com crianças, na existência de equipes de educação, na produção de debates, seminários e documentos a respeito, envolvendo inclusive publicações. Salienta-se que este acúmulo vem sendo considerado na elaboração do presente projeto e serve de orientação para a realização do Curso.

No que se refere à capacidade da UFSC de proposição do presente curso, destacamos dois pontos: o acúmulo da UFSC com o PRONERA e a existência de equipe qualificada na área.

Pensamos ainda poder apontar como marca do PRONERA/UFSC a qualidade educacional dos projetos desenvolvidos, o referencial crítico nos projetos pedagógicos, afim com os princípios pedagógicos do Programa, a busca por inovações no trabalho pedagógico, muitas resultando em publicações do próprio PRONERA/UFSC e o trabalho coletivo e a boa relação entre os parceiros. O presente projeto se coloca na direção de dar continuidade a este trabalho, com as equipes que atuaram em projetos anteriores e com a inclusão de novos



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

docentes e estudantes, contribuindo para a qualificação e expansão da formação e da produção do conhecimento dentro da instituição e junto aos beneficiários do Programa.

Por fim, quanto à existência de equipe qualificada na UFSC para ofertar um Curso de Especialização em Infância, destacamos que o Centro de Ciências da Educação possui um Curso de Pedagogia, cujo um dos eixos é a relação entre Educação e Infância. Há vários professores e pesquisadores vinculados a grupos de estudos e pesquisas que também investigam tal relação e outros que estudam, particularmente, as relações entre Educação e Reforma Agrária com reconhecimento em âmbito nacional, publicações. Além disso, a UFSC já realizou recentemente dois cursos de Especialização em Educação Infantil. No entanto, a especificidade da Educação nos Movimentos Sociais ainda está por ser atendida.

17. Objetivos:

Geral:

Qualificar, em nível de pós-graduação Lato Sensu, trabalhadores e trabalhadoras que atuam na educação de crianças em áreas de reforma agrária, especificamente na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas Cirandas Infantis.

Específico(s):

- Analisar os dados da realidade sobre a infância no campo brasileiro, buscando identificar os fundamentos de sua constituição histórica;
- Qualificar profissionais para o trabalho educativo em instituições formais ou não-formais do campo;
- Construir subsídios teórico-metodológicos para o trabalho em uma perspectiva dialética e vinculada a um projeto de desenvolvimento popular para o campo;
- Reconhecer, estudar, analisar e problematizar as políticas públicas, em especial às vinculadas à infância, educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e à reforma agrária;
- Aprofundar os conhecimentos científicos acerca da realidade social das áreas de reforma agrária;
- Realizar análise crítica acerca da produção do conhecimento na área de educação e infância, em especial nos movimentos sociais;
- Estimular, com base na pesquisa, a capacidade de problematização, atuação e sistematização das práticas educativas com crianças nas áreas de Reforma Agrária.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

18. Concepção do Programa:

A permanência de problemas estruturais na educação brasileira é fato comentado cotidianamente, com diversas abordagens e indicações de possíveis soluções. Quando tratamos da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os dados gerais nos indicam que os desafios para a superação da atual situação são ainda mais prementes. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2022, realizado e divulgado pelo INEP, apenas 36% das crianças até os 3 anos de idade frequentam instituições formais de educação. Entre as crianças de 4 e 5 anos, faixa em que a Educação Escolar é obrigatória, apenas 42% têm acesso, ficando mais de 399 mil crianças sem acesso. Entre aquelas crianças que não estão frequentando a escola, a população mais pobre é a mais atingida. O percentual em famílias que recebem até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo é de 12% – quatro vezes maior do que as famílias que recebem mais de 5 salários-mínimos. Entre as crianças da faixa etária dos 5 e 6 anos 151.985 não estão na escola. Nos Anos Iniciais, o problema da ausência de vagas diminui, mas ainda exclui muitas crianças. Nesta etapa, um dos problemas marcantes é a presença de crianças que frequentam a escola, mas não são alfabetizadas e não acessam o conhecimento sistematizado, sofrendo um processo de exclusão interna nas instituições. Para todas essas situações, quando se observa apenas o campo brasileiro, a situação é muito mais grave. Outro problema é a permanência e aumento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Os dados da Pnad Contínua em 2019 mostraram mais de 2 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos nesta situação, já excluídas desse número as crianças que exerciam trabalho como aprendizes conforme previsto em Lei.

Para a melhoria da situação, políticas adequadas e aumento do financiamento público à educação pública são essenciais. E também é essencial a preocupação com as condições de trabalho e a formação dos professores e professoras, que de forma não realista tem sido considerados como “fatores” responsáveis pelos problemas educacionais.

A UFSC, especialmente através do Centro de Ciências da Educação, tem buscado contribuir para a compreensão dos fatores que implicam na situação educacional nacional e tem contribuído também para a formação dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, em especial com a formação dos professores. Nos cursos regulares de Pedagogia e Educação do Campo, bem como no Programa de Pós-graduação em Educação, a contribuição para a formação inicial e continuada dos professores é marcante. Através dos cursos ofertados pela UFSC em parceria com o INCRA pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, já atuamos há décadas com a formação continuada dos professores em modalidades e níveis diversos. Agora, novamente demandados pelos movimentos sociais do campo e com a parceria do INCRA, propõe-se a realização de nova formação continuada voltada aos educadores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Para quem participa da educação infantil e do processo de escolarização nos anos iniciais do ensino fundamental, uma consistente base formativa é imprescindível, para o reconhecimento de princípios teórico-metodológicos do trabalho docente com crianças. Na



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

brincadeira estão as bases para o desenvolvimento humano da criança e o germe da seguinte atividade principal que guiará o próximo período de desenvolvimento da criança: a atividade de estudo. O conhecimento da importância da brincadeira para formação humana da criança pode gerar motivos para uma organização da atividade de ensino que contemple a ampliação de tempos e espaços escolares para que ela ocorra efetivamente. Pela brincadeira a criança aprende a ser humana, se apropria das qualidades humanas, portanto, se desenvolve como tal. Na brincadeira, a criança se reconhece como sujeito ativo, capaz de agir de diferentes modos e em diferentes ritmos com finalidades que ela mesma define. A complexidade dessa atividade parece indicar a necessidade de superação do que se observa no processo de quem está vivendo a apropriação inicial de tais bases e/ou até mesmo no dia a dia de quem já é professor e professora: a constatação de que a brincadeira é geralmente concebida como uma forma divertida de ensinar e de aprender ou como um elemento que pode interferir de modo negativo no cotidiano escolar. Considerando o que Vigotski demonstrou, não é mais possível conceber o brincar na escola como meramente um recurso didático ou perda de tempo, ao contrário, é fonte de humanização, é meio de constituição da criança como pessoa, da sua personalidade, em uma unidade entre a afetividade e o intelecto.

Portanto, ao se considerar as características da produção da vida no campo e participação das crianças nos movimentos sociais do campo, a escola e as cirandas infantis se configuram no lugar por excelência de formação humana da criança e as educadoras e educadores, os sujeitos responsáveis para criar as melhores condições pedagógicas para que apropriação de forma sistematizada da experiência humana objetivada.

Sabemos que o PRONERA e Unicamp já elaboraram uma proposta do Curso de Especialização em Educação da Infância do Campo. Assim a formação de educadores que atuam com crianças em nível de especialização ainda é uma necessidade não suprida pelo poder público.

O Curso aqui proposto é fruto de demanda dos Movimentos Sociais do Campo, conforme consta na Política Nacional de Educação do Campo e foi demandado e aprovado pelo INCRA. Através da parceria com o INCRA, estão previstos recursos para a execução do curso, especificamente em atendimento ao público-alvo.

Quanto à relação da UFSC com o PRONERA¹, destacamos que desde o ano de 2000 a UFSC atua neste Programa, tendo desenvolvido e concluído até o momento doze cursos de um total de dezenove já realizados em Santa Catarina. A experiência do PRONERA/UFSC passa por cursos de Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental e Médio, Cursos Técnico-Profissionalizantes, Cursos de Especialização e Mestrado Profissional. Sete são os Cursos de Especialização ofertados pelo PRONERA UFSC já concluídos. Destaca-se que esta trajetória consolidou uma equipe de trabalho, a qual compreende professores envolvidos, estudantes de graduação e pós-graduação com experiência de atuação no Programa, boa relação com os parceiros envolvidos como os Movimentos Sociais do Campo, INCRA e outras

1 Para ver o histórico de cursos realizados através do PRONERA no CED/UFSC, ver <http://pronera.ced.ufsc.br/>
UFSC/PROPG - Coordenadoria de Educação Continuada, Campus Universitário, Trindade, Caixa Postal 476 CEP
88040-900 Florianópolis, SC. Fone: (48) 3721-9404 / 3721-9915; FAX: (48) 3721-9599,
E-mail: cec.propg@contato.ufsc.br



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

instituições de ensino do Estado. Também se destaca o suporte institucional da UFSC oferecido ao PRONERA. O Programa conta com sala própria junto ao Centro de Ciências da Educação da UFSC, inserção em diferentes Centros e Departamentos da Instituição e equipe de professores com experiência de atuação no Programa e na Educação do Campo, o que se faz uma constante, independente da realização ou não de Cursos do PRONERA em andamento.

Por fim, quanto à existência de equipe qualificada na UFSC para ofertar um Curso de Especialização em Infância, destacamos que o Centro de Ciências da Educação possui um Curso de Pedagogia, cujo um dos eixos é a relação entre Educação e Infância. Há vários professores e pesquisadores vinculados a grupos de estudos e pesquisas que também investigam tal relação e outros que estudam, particularmente, as relações entre Educação e Reforma Agrária com reconhecimento em âmbito nacional e em publicações. Além disso, a UFSC já realizou recentemente dois cursos de Especialização em Educação Infantil². No entanto, a especificidade da Educação nos Movimentos Sociais ainda está por ser atendida.

19. Metodologia; tecnologias/materiais empregados; infraestrutura física (sala de aula, biblioteca, laboratórios, outras):

Os métodos e procedimentos de organização da atividade de pesquisa do curso, que deverão permear a elaboração das estratégias de inserção nas áreas para a identificação, sistematização, problematização e síntese utilizará estratégias da Pesquisa Participante (Minayo, 1996).

As atividades educativas e as aulas acontecerão em cinco módulos que integrarão o Tempo Universidade (TU) ao Tempo Comunidade (TC); o TU será realizado nos turnos matutino e vespertino, totalizando 8 horas/aulas presenciais por dia e um total de 420h/a no curso; já o TC será composto por uma carga horária de 180h/a, e nele será realizada a residência pedagógica; o Curso acontecerá no prazo máximo de 24 meses.

O tempo universidade ou tempo presencial será composto de diferentes atividades pedagógicas conforme pode ser visto na matriz curricular, que segue no próximo tópico. Para melhor viabilizar o curso, o processo de aprendizagem e a materialização dos princípios filosóficos e pedagógicos da concepção de educação defendida, o curso de especialização está organizado em disciplinas básicas, seminários interativos, seminários temáticos e o seminário final com a defesa das monografias. As disciplinas básicas tratam dos fundamentos teóricos para a instrumentalização para a pesquisa social, para a leitura e síntese da realidade. Os seminários interativos são responsáveis pelo estudo das relações dos elementos teóricos com as formas de articulação dos conhecimentos específicos, baseadas nos debates científicos entre os participantes. Já os seminários temáticos dizem respeito às discussões importantes de contextualização necessária para a educação a ser desenvolvida pelos

2 Para mais informações, ver <http://ndi.ufsc.br/curso-de-especializacao-em-docencia-na-educacao-infantil-3a-edicao/>
UFSC/PROPG - Coordenadoria de Educação Continuada, Campus Universitário, Trindade, Caixa Postal 476 CEP
88040-900 Florianópolis, SC. Fone: (48) 3721-9404 / 3721-9915; FAX: (48) 3721-9599,
E-mail: cec.propg@contato.ufsc.br



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

Movimentos de lutas sociais para a transição a um novo modo de vida e um novo modo de produção. O seminário final culminará com as produções, avaliações e socialização do conhecimento produzido pela turma a fim de responder em conjunto as problemáticas significativas identificadas pela pesquisa do curso.

A turma será estimulada a uma auto-organização, que inicialmente deverá corresponder à organização em brigadas para cogestar o curso e depois assumir as demandas de auto-organização do próprio grupo. Essas brigadas devem participar de todo do curso, desde as decisões burocráticas, pedagógicas e de funcionamento prático e organizativo dos tempos presenciais, bem como as atividades próprias de grupos advindos dos movimentos de lutas sociais. Inicialmente os estudantes serão recepcionados pelos responsáveis pelas disciplinas, pela coordenação geral e pedagógica do curso para uma apresentação do que será realizado no decorrer da formação e organização coletiva do trabalho pedagógico.

Realização de reuniões pedagógicas periódicas com professores (as), coordenação geral e pedagógica para planejamento e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem, que podem ocorrer anterior e posteriormente à realização de cada etapa.

Organização de materiais e bibliografias antecipadamente a cada etapa e orientação das ações de estudos e ensino relacionadas às disciplinas de modo a concretizar articulação curricular horizontal e vertical e estabelecer um diálogo efetivo entre estudantes e professores (as).

Acompanhamento pedagógico em atividades no tempo comunidade por uma equipe composta por estudantes e professores (as), conforme critérios definidos coletivamente.

As atividades formativas do curso de especialização ora proposta, compostas por disciplinas básicas, seminários interativos, seminários temáticos e o seminário final com a defesa das monografias, além da residência pedagógica e inserção nas instituições formais ou não-formais de educação da criança, estão organizadas em uma matriz curricular composta por cinco módulos.

Antes de apresentarmos a matriz, destacamos como princípios de organização e desenvolvimento curricular do curso:

- 1) Cada componente curricular deverá considerar os fundamentos teóricos da perspectiva histórico-cultural e suas respectivas relações com o trabalho pedagógico junto às crianças.
- 2) Cada componente curricular deverá considerar os princípios filosóficos e pedagógicos da educação na Reforma Agrária.
- 3) O trabalho pedagógico desenvolvido em cada componente curricular de cada módulo considerará o material produzido no tempo-comunidade como eixo articulador.

As atividades do TU serão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade, Florianópolis, na Escola Estadual 25 de Maio, no Assentamento Vitória da Conquista em Fraiburgo/Santa Catarina, na Escola Latino-americana de Agroecologia, em Lapa/Paraná. A definição do local das atividades do Tempo Comunidade ocorrerá conforme as condições objetivas e financeiras



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

do momento de suas realizações. Já as atividades do TC serão realizadas em áreas de reforma agrária a serem selecionadas após a constituição da turma, tendo ciência do local de origem dos educandos, buscando contemplar as regiões de onde haja mais estudantes.

Para visualização da matriz curricular, apresentamos abaixo o quadro que demonstra como fica composta:

COMPONENTE CURRICULAR		CARGA HORÁRIA TEÓRICA / CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA PRÁTICA / CRÉDITOS
1.	Educação na Reforma Agrária	30h / 2	----
2.	Educação e Infância: Fundamentos Históricos, Políticos, Filosóficos e Sociológicos	30h / 2	----
3.	Educação e Formação Humana da Criança	45h / 3	----
4.	Processos de Interação e Produção Verbal	30h / 2	----
5.	Educação e Pesquisa	30h / 2	----
6.	Leitura e Narração de Histórias	15h / 1	----
7.	Artes Cênicas e Cultura Corporal	15h / 1	----
8.	Brinquedos, Brincadeira e Música	15h / 1	----
9.	Alfabetização, Letramento e Cartografia	30h / 2	----
10.	Artes Visuais e Plásticas	15h / 1	----
11.	Ciências da Natureza e Matemática	15h / 1	----
12.	Seminário Temático	30h / 2	----
13.	Seminário Interativo	30h / 2	----
14.	Seminário Interativo Pedagógico	90h / 6	----
15.	RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA 1	-----	45h / 1
16.	RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA 2	----	45h / 1
17.	RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA 3	----	45h / 1
18.	RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA 4	----	45h / 1
SUBTOTAL		420 / 28	180h / 4
TOTAL GERAL		420h/a + 180h/a = 600h/a	

Crédito teórico => 15 h/a

Crédito prático => 45h/a

20. Interdisciplinaridade:

Destacamos como princípios de organização e desenvolvimento curricular do curso:

- 1) Cada componente curricular deverá considerar os fundamentos teóricos da perspectiva histórico-cultural e suas respectivas relações com o trabalho pedagógico junto às crianças.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

- 2) Cada componente curricular deverá considerar os princípios filosóficos e pedagógicos da educação na Reforma Agrária.
- 3) O trabalho pedagógico desenvolvido em cada componente curricular de cada módulo considerará o material produzido no tempo-comunidade como eixo articulador.

21. Atividades complementares:

Inicialmente não estão previstas, porém sua necessidade será avaliada no decorrer da realização do curso.

22. Sistemas de avaliação:

I - Forma de avaliação conforme critérios de aprovação e certificação dos alunos estabelecidos nos Artigos 5, 23 e 25 da Res. Norm 15/CUn/2011.

II – Forma de avaliação dos professores:

III – Forma de avaliação do curso:

- coordenação;
- atendimento administrativo;
- instalações físicas.

Quanto à avaliação, partimos do entendimento de que pressupõe o ponto de partida e não apenas o ponto de chegada. Segundo Freitas (1995) a avaliação é o par dialético da categoria objetivo porque define e controla a função social da educação sistematizada e por sua vez do processo de ensino. Objetivo e avaliação são, portanto, um par dialético, onde a avaliação, incorporando os objetivos, aponta uma direção, e os objetivos sem avaliação manter-se-iam sem um correlato prático que possibilitasse verificar o estado concreto de sua materialização.

Segundo FREITAS (2002; 2003), a avaliação e os objetivos são categorias da organização do trabalho pedagógico que se opõem em sua unidade: os objetivos demarcam o momento final a ser alcançado na objetivação/apropriação; a avaliação é um momento real, concreto e, com seus resultados, permite que o aluno se confronte com o momento final idealizado, antes, pelos objetivos (FREITAS, 2002:95). Para a execução da avaliação, na presente proposta de curso de pós-graduação *lato sensu*, indicamos: 1. *Avaliação da aprendizagem (I)*: A estratégia de avaliação de aprendizagem será diagnóstica, através da problematização oral durante as atividades educativas (aulas, seminários, vivência e residência) e o nível de compreensão e síntese alcançada pelo estudante através de trabalhos escritos. Além da autoavaliação, necessária para construir nos e nas estudantes uma autodeterminação.

Serão critérios de análise dos trabalhos, aulas e módulos: oralidade; escrita; coerência entre fala e escrita; disciplina de leitura; ortografia; compreensão e interpretação de texto; capacidade de argumentação; disponibilidade para trabalhar coletivamente; o que consegue



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

realizar sozinho e que consegue realizar com auxílio; participação e atenção em aula; se traz novos e necessários conhecimentos para a aula.

Além destes elementos indicados, as avaliações deverão pautar-se em critérios definidos no coletivo do curso, sendo que poderão ocorrer sob diversas formas, a exemplos de provas, trabalhos individuais e em grupo, apresentação de seminário, trabalhos artísticos, textos escritos, portfólios, monografia e autoavaliação, além das ações e participação em aula, conforme estabelecido pelos docentes e discentes.

Estas avaliações serão traduzidas em notas, registradas em diários de classe próprios da UFSC. A Secretaria do Curso registrará no sistema da UFSC as notas dos componentes curriculares do curso e a vida acadêmica do estudante. Para obter a aprovação nas Disciplinas, Seminários Interativos, Seminários Temáticos e Atividades do Tempo Comunidade (Residência Pedagógica) o estudante deverá alcançar nota igual ou acima de 7,0 em uma escala de (0 a 10,0).

O índice de aproveitamento da Pós-graduação da UFSC é baseado na atribuição de Conceitos A, B, C, E, I e FI (Frequência Insuficiente), conforme explicitado na tabela de equivalência abaixo:

CONCEITO	SIGNIFICADO	EQUIV. NUMÉRICA	EQUIV. COM NOTA DE 0,00 A 10,00*
A	Excelente	4	9,00 a 10,00
B	Bom	3	7,00 a 8,50
C	Regular	2	5,50 a 7,00
E	Insuficiente	0	0,00 a 5,00

* Pelas normas da UFSC, as avaliações serão expressas por meio de notas graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), não podendo ser fracionadas aquém ou além de 0,5 (zero vírgula cinco). As frações intermediárias, decorrentes de nota, média final ou validação de disciplinas, serão arredondadas para a graduação mais próxima, sendo as frações de 0,25 e 0,75 arredondadas para a graduação imediatamente superior.

Havendo reprovação em algum dos componentes curriculares, o estudante ou a estudante será acompanhado e acompanhada de forma individualizada, com possibilidade de realizar outras avaliações, de acordo com deliberação do Colegiado do Curso.

A avaliação do processo de ensino será coletiva, realizada ao final da aula e de cada módulo, remetendo sempre aos objetivos propostos, métodos escolhidos, conteúdo, problematização, desenvolvimento do processo, atuação e atitude (motivação, respeito,



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

participação, organização, assiduidade, pontualidade) do professor, da professora, dos estudantes e das estudantes, buscando superar as dificuldades que possam aparecer.

Segundo normatização da UFSC (Resolução Normativa Nº 15/CUn/2011 – Art. 21), a avaliação do Curso cabe ao Coordenador apoiado pelos professores, professoras e estudantes, por meio dos seguintes instrumentos de verificação:

I – Observação, pelos professores e professoras, da assiduidade, do desempenho e da motivação dos e das estudantes;

II – Avaliação, pelos e pelas estudantes, do desenvolvimento do curso por meio de questionário aplicado pelo Coordenador ou, ainda, mediante seminário;

III – Reuniões periódicas do Coordenador com os professores e as professoras do curso visando ao alcance da necessária integração das disciplinas e à avaliação global do curso.

Para o cumprimento do disposto, a auto-organização do coletivo será fundamental, permitindo a construção dos instrumentos pelo coletivo, orientados pelo Coordenador e fundamentados nos princípios da solidariedade, da ética e da cooperação dentro da perspectiva da autodeterminação.

Ao final do curso, estudantes, professores, professoras e coordenação farão por escrito uma autoavaliação; uma avaliação do corpo docente; da coordenação do curso; do atendimento administrativo e das instalações físicas utilizadas para a realização do mesmo. A realização da avaliação tem por finalidade obter dados que possibilitem tomadas de decisões futuras quanto ao trabalho realizado entre as instituições parceiras, bem como para o planejamento de cursos futuros e contribuição para o trabalho pedagógico.

Os instrumentos e critérios para avaliação do curso deverão ser elaborados coletivamente pela coordenação, docentes e discentes.

23. Detalhamento do trabalho de conclusão de curso ou monografia (Resolução Normativa nº 15/CUn/2011, Art. 2º):

O trabalho de conclusão de curso (TCC) será realizado na modalidade de monografia individual e deverá ser apresentado por escrito e defendido oralmente perante uma Banca Examinadora composta por três docentes, dentre os quais um será o orientador ou a orientadora, que presidirá a referida Banca.

24. Conteúdo Programático:

Para melhor visualização, apresentamos um quadro contendo a matriz curricular e posteriormente cada um dos componentes curriculares com os seus conteúdos programáticos.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

24.1 Matriz Curricular:

COMPONENTE CURRICULAR		CARGA HORÁRIA TEÓRICA / CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA PRÁTICA / CRÉDITOS
1.	Educação na Reforma Agrária	30h / 2	----
2.	Educação e Infância: Fundamentos Históricos, Políticos, Filosóficos e Sociológicos	30h / 2	----
3.	Educação e Formação Humana da Criança	45h / 3	----
4.	Processos de Interação e Produção Verbal	30h / 2	----
5.	Educação e Pesquisa	30h / 2	----
6.	Leitura e Narração de Histórias	15h / 1	----
7.	Artes Cênicas e Cultura Corporal	15h / 1	----
8.	Brinquedos, Brincadeiras e Música	15h / 1	----
9.	Alfabetização, Letramento e Cartografia	30h / 2	----
10.	Artes Visuais e Plásticas	15h / 1	----
11.	Ciências da Natureza e Matemática	15h / 1	----
12.	Seminário Temático	30h / 2	----
13.	Seminário Interativo	30h / 2	----
14.	Seminário Interativo Pedagógico	90h / 6	----
15.	Residência Pedagógica 1	----	45h / 1
16.	Residência Pedagógica 2	----	45h / 1
17.	Residência Pedagógica 3	----	45h / 1
18.	Residência Pedagógica 4	----	45h / 1
SUBTOTAL		420 / 28	180h / 4
TOTAL GERAL		420h/a + 180h/a = 600h/a	

Crédito teórico => 15 h/a

Crédito prático => 45h/a



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

24.2 Componentes Curriculares:

a) Nome da disciplina: Educação na Reforma Agrária			
b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	30	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	2
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0
d) Ementa: A luta pela terra no Brasil. Reforma Agrária. Direito à Educação em Assentamentos e Acampamentos. Princípios Filosóficos da Educação na Reforma Agrária. Princípios Pedagógicos. Cirandas infantis. Organização do trabalho pedagógico (planejamento, avaliação, complexos). Formação do coletivo.			
e) Bibliografia básica: ALVES, Suzy de Castro. Infância e Movimentos Sociais: como se constituem? In: VENDRAMINI, Célia Regina. Educação em movimento na luta pela terra. UFSC, NUP, 2002. ARENHART, Deise. Infância, educação e MST: quando as crianças ocupam a cena. Chapecó: Argos, 2007. BIHAIN, Neiva Marisa. A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. BONIN, Anamaria Aimoré. A luta pela terra no Paraná recente. In: PAZ, Francisco. Cenários de economia e política: Paraná. Curitiba: Prephacio, p.119-143, 1991. CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. In: Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001. CALDART, Roseli Salete. Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. In: Currículo Sem Fronteiras, v.3, p. 50-59, 2003. CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004. DALMAGRO, Sandra L. A escola no contexto das lutas do MST. Tese (Doutorado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2010. MST. Apostila das Cirandas Infantis. (Impresso), 2010b. ROSSETTO, E. R. A. Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2009.			



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

ROSSETTO, Edna. A educação das crianças pequenas nas cirandas infantis do MST. Revista Múltiplas Leituras, n. 1, 2010. p. 103-118.
ROSSETTO, E. R. A. A organização do trabalho pedagógico nas Cirandas Infantis do MST: lutar e brincar faz parte da vida dos Sem Terrinha. Tese : Doutorado, CAMPINAS: UNICAMP : Campinas, 2016.

f) Bibliografia complementar:

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei n. 4.504. Brasília, 1964.
BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei n. 8.069/90. Brasília, 1990.
BRASIL. Reforma Agrária. Lei Agrária nº 8.629, 1993.
BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Manual do PRONERA. Brasília, 2006.
FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária no governo Lula: a esperança, 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf. Acesso em novembro de 2013.
KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina e CALDART, Roseli. MST e Educação. In: Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: MARTINS, José de Souza (coord.). Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.
MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
MST. Como fazer a escola que queremos. Caderno de Educação, n. 1. São Paulo, 1992.
MST. Jogos e brincadeiras infantis. Caderno de Educação n. 7, 1996.
MST. Princípios de Educação do MST. São Paulo: 1996. (Cadernos de educação n. 8).
MST. Educação infantil: movimento da vida, dança do aprender. Caderno de Educação n. 12, São Paulo, 2004.
MST. Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
MST. Orientações práticas e a história dos Congressos do MST. Brasília, 2007
MST. Lutas e conquistas, São Paulo, 2010a.
STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: a trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

a) Nome da disciplina: Educação e Infância: fundamentos históricos, políticos, filosóficos e sociológicos			
b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	30	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	2
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0
d) Ementa: Criança e Infância: conceituação e delimitação de campos de estudos. Construção social da infância e determinações sócio-históricas. Função social das instituições educativas voltadas para a infância: creche; pré-escola e escola de ensino fundamental. Condicionantes nacionais e internacionais das Políticas Públicas para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Marcos regulatórios e normativos. Legislação e Orientações Curriculares.			
e) Bibliografia básica: ADORNO, Theodor W. Educação - para que? In: _____. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995b. P. 139-154. _____. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995 a. p. 119-138. _____. A educação contra a barbárie. In: _____. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995 a. p. 119-138. ARIÈS, F. Infância. Revista de Educación, Madrid, n. 281, 1986, p 5-17 _____. História social da infância e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. ARROYO, Miguel Gonzalez. O Significado da infância. In: Anais do I Simpósio de Educação Infantil "A Educação Infantil nos Municípios: a perspectiva educacional". Brasília, Ministério de Educação e Desporto, 1995. BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar. 2001. Consulta aos verbetes EDUCAÇÃO, SOCIALIZAÇÃO e SOCIEDADE, p. 122 e 342-344. BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a renascença e o século das luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMAN JR, Moysés (Orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p.11-60. CAMPOS, Maria Malta. ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios para um atendimento em Creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças. 6. ed. Brasília: MEC/SEB, 2009. CAMPOS, R. F.; CAMPOS, R. Políticas para a Educação Infantil e os desafios do novo Plano Nacional de Educação. In: FARIA, A. L. G. de; AQUINO, L. M. L. Educação Infantil e PNE: questões e tensões para o século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2012, p. 9-30.			



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: DF, 1990.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Educação Infantil no Brasil: Situação atual. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/ COEDI, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Pedagógica e Currículo para Educação Infantil: um Diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília, DF: MEC/SEF/ COEDI, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Critérios para um atendimento em creches e pré-escolas que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1995.

_____. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Política de Educação Infantil: proposta. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1993.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p.

MST . Educação da infância sem terra: orientações para trabalho de base. Caderno da Infância, n.1 edição especial, 2011.

f) Bibliografia complementar:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF. 2006.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: DF, 1990.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Educação Infantil no Brasil: Situação atual. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/ COEDI, 1998.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Pedagógica e Currículo para Educação Infantil: um Diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília, DF: MEC/SEF/ COEDI, 1996.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Critérios para um atendimento em creches e pré-escolas que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1995.
- _____. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Política de Educação Infantil: proposta. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1993.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p.
- _____. Parecer CNE/CEB 020/2009; Resolução CNE/CBE nº 05/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica, 2009.
- CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Editora UNESP. 1999.
- CARDOSO, Miriam L. Questões sobre educação. In: GOULART, Cecília. (org.). Dimensões e Horizontes da Educação no Brasil. Ensaios em homenagem a Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Osmar Fávero. p.107-125. Niterói, RJ: EdUFF, 2004.
- CARTA do Rio de Janeiro pela renovação do ensino fundamental. In: a Realidade das Escolas nas Grandes Metrópoles. Rio de Janeiro, Revista Contemporaneidade e Educação, ano III, nº 03, p. 7-13, mar. 1998.
- CHARLOT, Bernard. A ideia de infância. In: CHARLOT, Bernard. A Mistificação Pedagógica. Zahar, 1979.
- _____. O “filho do homem”: obrigado a aprender para ser (uma perspectiva antropológica). In: CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- CONVENÇÃO sobre os Direitos da Criança. Disponível em:
http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em 14/08/2011.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

ESTATUTO da Criança e do Adolescente. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 10. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2000.

FARIA, Ana Lucia Goulart; PALHARES, Marina Silveira. (Org.). Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, Marcos C. (org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, Marcos C. e KUHLMANN, Moysés (org.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002. (p. 459 a 503).

GONÇALVES, G. A criança como sujeito de direitos: uma longa e dura luta social e política . IN: A criança como sujeito de direitos: um panorama da produção acadêmica brasileira (1987-2013). Dissertação de Mestrado, PPGE/UFSC, 2015. 222

KORCZAK, Janusz. O direito da criança ao respeito. In: KORCZAK, Janusz & DALLARI, Dalmo de Abreu. O Direito da criança ao respeito. São Paulo, Summus, 1986.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. p. 13-23.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. São Paulo, Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 41-59, 2002.

MARTINS, José de Souza (Coord.). Introdução. In: O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MELLO, Suely. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. Revista Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, Florianópolis. v.25, n.1, p. 83-104, jan./jun. 2007.

MÉZÁROS, István. A educação para além do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, Marília Gouvêa. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, Silvia T. M. & CODO, Wanderley. (orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1985. p. 125-135.

QUINO, Dez anos de Mafalda. Tradução Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e escola: uma relação marcada por preconceitos. Tese (Educação). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____, Jucirema & CARVALHO, Diana Carvalho de (org.). Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola. Araraquara/SP: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES, 2007.

_____. Articulação entre educação infantil e anos iniciais: o direito a infância na escola! In: FLOR, Dalânea Cristina; DURLI, Zenilde (orgs). Educação Infantil e formação de professores. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2012.

ROCHA, Ruth. Os direitos das crianças segundo Ruth Rocha. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2002.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

ROSEMBERG, F. Creche. São Paulo: Cortez, 1989.
ROSEMBERG, F. e MARIANO, C. L. S. - A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA: DEBATES E TENSÕES. CADERNOS DE PESQUISA, v.40, n.141, p.693-728, set./dez. 2010.

a) Nome da disciplina: Educação e Formação Humana da Criança

b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	45	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	3
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0

d) Ementa:

Princípios teórico-metodológicos do desenvolvimento humano. Relações entre humanização e educação. Periodização. Conceito de Atividade Guia, com destaque para comunicação emocional; tato; manipulação de objetos; comunicação entre as crianças e adultos; "faz-de-conta", estudo. Desenho. Relações entre Fala e Escrita. Implicações Pedagógicas.

e) Bibliografia básica:

BEATÓN, Guillermo Arias. La persona en lo histórico cultural. São Paulo: Linear B, 2005.
BOZHOVICH, Lidia I. La personalidad y su formación en la edad infantil. Habana: Editorial Pueblo y educación, 1985.
CASTAÑEDA, Maria Julia Moreno. En torno de la definición de la categoría personalidad. In: _____ (selección) Psicología de la personalidad: Selección de lecturas. Ciudad de La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2003.
ELKONIN, Daniel B. Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico y la infancia. In: DAVYDOV, V.; SHUARE, M. La psicología evolutiva y pedagogia en la URSS: antologia. Moscú: Editorial Progreso, 1987. p.104-124.
_____. Psicologia do jogo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
ELKONIN, D. Problemas psicologicos del juego en la edad preescolar. In: DAVÍDOV, V.; SHUARE, M. (Org.). La Psicología Evolutiva y Pedagógica en la URSS (Antologia). Moscou: Editorial Progreso, 1987, p.83-102.
LEONTIEV, Alexis N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VYGOTSKI, L. S. (et al). Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: ícone, 1988.
LEONTIEV, Alexis. N. O Desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1978.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

MOURA, Manoel Oriosvaldo de (Org.). A Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural. Brasília: Liber Livro, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A brincadeira e seu papel psíquico no desenvolvimento da criança. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ). P. 23-36, junho de 2008. (Tradução: Zoia Prestes).

f) Bibliografia complementar:

LEONTIEV, A. Actividad, consciencia, personalidad. Ciudad de La Havana: Editorial Pueblo e Educação, 1983.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. El problema de la edad. In L. S. Vygotski, Obras Escogidas IV (pp.251-273). Madrid: Visor, 1996.

_____. Imaginação e criação na infância. São Paulo, Ática, 2009.

_____. Pensamento e linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In.: VYGOTSKY, Lev Semenovitch; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A. N.

Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 5ª ed. São Paulo: Ed. Ícone, 1988a, p.103-117.

VIGOTSKI, L. S. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch & LURIA, Alexander Romanovich. El instrumento y el signo en el desarrollo del niño. Madrid: Fundación Infancia y aprendizaje, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch & LURIA, Alexander Romanovich. Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993.

a) Nome da disciplina: Processos de Interação e Produção Verbal

b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	30	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	2
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0

d) Ementa:

Atividade de Estudo. Oralidade. Leitura. Produção Textual.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

e) Bibliografia básica:

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 45ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
DAVYDOV, Vasili.; MÁRKOVA, A. La concepcion de la actividad de estudio de los escolares. In: DAVYDOV, Vasili; SHUARE, Marta. La psicologia evolutiva y pedagogia en la URSS: antologia. Moscú: Editorial Progreso, 1987. p. 316-337.
MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso. Ijuí: Unijuí. 2000.
BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. A produção de relatório de pesquisa (redação e normalização). São Paulo: Fontoura, 2015.

f) Bibliografia complementar:

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 39-50, jul. 2001.
ANDRÉ, Marli. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de casos. In: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. A pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.
ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Relatório Final da Avaliação de Periódicos 2012 da Área de Educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/internas/ver/avaliacao-de-periodicos-2012>>. Acesso em: 12 fev. 2013.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

a) Nome da disciplina: Educação e Pesquisa

b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	30	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	2
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0

d) Ementa:

A produção do conhecimento e a pesquisa educacional. Conceito de vida cotidiana. Questões teórico-metodológicas na pesquisa em educação. Orientações para o diagnóstico das relações entre educação, infância e Reforma Agrária (acampamentos e assentamentos). Implicações dos aspectos teóricos para o trabalho pedagógico na creche,



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

na pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental. Criação de projeto de atividade pedagógica. Reflexão e análise crítica sobre o vivido.

e) Bibliografia básica:

CHEPTULIN, Alexandre. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.
KOPNIN, P. V. A dialética como lógica e teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
LENIN, V. I. Materialismo e empiriocriticismo: novas críticas sobre uma filosofia reaccionária. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1975.
KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação Trabalho-Educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
_____. Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre trabalho e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis(orgs). Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas: Autores Associados, 2002.

f) Bibliografia complementar:

CISNE, Margareth. As bases ontológicas do processo de Apropriação do conhecimento e suas possíveis implicações para a Educação Infantil. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.
LURIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Ícone, 1990.
ROSENTAL, M. M; STRAKS, M. G. Y Categorías del Materialismo Dialéctico. Traducción Adolfo Sanchez Vazquez e Wenceslao Roces. Cidade do México: Grijalbo, 1958
RUBINSTEIN, S. L. El ser y la conciencia. La Habana: Editorial Nacional de Cuba, 1965
RUBINSTEIN, S. L. El pensamiento y los caminos de su investigación. Ciudad de La Habana: Editorial Pueblo e Educación, 1959.
SHEPTULIN, Alexandre. El método dialéctico de conocimiento. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1983.

a) Nome da disciplina: Leitura e Narração de Histórias

b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	15	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	1
--	-----------	--	----------



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0
d) Ementa: Produção cultural. Narrativas. Leitura. Pesquisa. Repertório. Criação. Implicações Pedagógicas.			
e) Bibliografia básica: BENJAMIN, W. Rua de Mão Única. (Obras Escolhidas, vol.2). São Paulo: Brasiliense, 1987. GIRARDELLO, G. Voz, Presença, Imaginação: a narração de histórias para crianças pequenas. In FRITZEN, C.; CABRAL, G. (orgs). Infância, imaginação e educação. Campinas: Papirus, 2007. GIRARDELLO, G. Uma clareira no bosque: contar histórias na escola. Campinas: Papirus, 2014. JEAN, G. Poesia e Imaginário para as crianças de hoje. In: MESQUITA, A.: Pedagogias do Imaginário: olhares sobre a literatura infantil. Porto: ASA, 2002. MACHADO, Regina. Acordais: fundamentos teórico-poéticos da arte de contar histórias. São Paulo: DCL, 2004.			
f) Bibliografia complementar: MACHADO, Ana Maria; ROCHA, Ruth. Contando histórias, formando leitores. Campinas: Papirus 7 Mares, 2011. PERROTTI, E.: A criança e a produção cultural: apontamentos sobre o lugar da criança na cultura. In: ZILBERMAN, Regina. (Org.). A produção cultural para crianças. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. VASCONCELLOS, Tânia de: Infância e Narrativa. In: VASCONCELLOS, Tânia de. Reflexões sobre Infância e Cultura. Niterói: EDUFF, 2008.			

a) Nome da disciplina: Artes Cênicas e Cultura Corporal			
b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	15	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	1
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0
d) Ementa:			



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

Processos criativos. Corporeidade. Teatro. Palhaçaria. Dança. Pesquisa. Repertório. Implicações pedagógicas.

e) Bibliografia básica:

BARRETO, Cristiane S.: A Prática Teatral No/Do Cotidiano No Espaço/Tempo Escolar . Disp: < <[<http://www.artenaescola.org.br/sala_relatos_artigo.php?id=487>>](http://www.artenaescola.org.br/sala_relatos_artigo.php?id=487)>

BOURCIER, Paul. História da dança no ocidente. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOAL, Augusto. 200 exercícios e jogos para ator e não ator. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

CAMINADA, Eliana. História da Dança: evolução cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 2014.

KOUDELA, Ingrid Dormien. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARQUES, Isabel. Ensino de Dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, Carolina Picchetti. A atividade pedagógica da educação física: a proposição dos objetos de ensino e o desenvolvimento das atividades da cultura corporal. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2014.

f) Bibliografia complementar:

LEONTIEV, A. N. O homem e a cultura. In: LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

NOGUEIRA, Márcia Pompeu. Teatro com meninos e meninas de rua. Perspectiva, 2008 (cap. 3).

TAFFAREL, Celi Zülke; ESCOBAR, Micheli Ortega. Cultura Corporal e os dualismos necessários à ordem do Capital. GERMINAL. Boletim número 9, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/germinal/n9-112009.htm#7cultura>. Acesso em Dezembro de 2012.

VIGOTSKI, L. S. A criação teatral na idade escolar. In: Imaginação e criação na infância. SP: Ática, 2009.

a) Nome da disciplina: Brinquedos, Brincadeira e Música

b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	15	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	1
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0

UFSC/PROPG - Coordenadoria de Educação Continuada, Campus Universitário, Trindade, Caixa Postal 476 CEP 88040-900 Florianópolis, SC. Fone: (48) 3721-9404 / 3721-9915; FAX: (48) 3721-9599, E-mail: cec.propg@contato.ufsc.br



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

d) Ementa:

Brinquedos. Música. Importância pedagógico-cultural das brincadeiras tradicionais. Pesquisa. Repertório.

e) Bibliografia básica:

AZOR, Gislene Natera: Infância, Brinquedos Cantados e Orientações para o Ensino Fundamental: diálogos possíveis. Anais da ANPED, 2010.
LIMA, Elvira. Brincar pra quê? São Paulo, Interalia, 2010.
BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.
BRITO, Teca Alencar de. Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança. Editora Petrópolis, 2003.
BRITO, Teca de Alencar. Ferramentas com Brinquedos: a caixa da música. Revista da Associação Brasileira de Educação Musical, n. 24, set. 2010.
BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1995.
ELKONIN, D. B. Psicologia do jogo. Martins Fontes, 1998.
FREIRE, João Batista: O Jogo: entre o riso e o choro. Campinas: Autores Associados, 2002.
HORTÉLIO, Lídia. História de uma manhã. São Paulo: Massao Ohno, 1987.
HORTÉLIO, L.: "É preciso brincar para afirmar a vida". Entrevista. Almanaque Brasil de Cultura Popular. Andreato Comunicação e Cultura, outubro de 2008.

f) Bibliografia complementar:

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1971.
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Escolarização e brincadeira na educação infantil. In. SOUZA, Cynthia Pereira de (org.) História da Educação. Processos: práticas e saberes. São Paulo: Editora Escrituras, 1998a.
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 1998b.
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas infantis. Educação e Pesquisa, vol.27, n.2, pp. 229-245, 2001.
PROJETO IPP Brincadeira: Brincadeiras para crianças de todo o mundo. São Paulo: AMBAR/UNESCO, 2007.

a) Nome da disciplina: Alfabetização, Letramento e Cartografia

b) Carga horária teórica:
(1 crédito teórico equivale a 15h)

30

nº de créditos:
(1 crédito teórico equivale a 15h)

2



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0
d) Ementa: Conceito de alfabetização e letramento. Concepções de alfabetização e letramento nos documentos oficiais. Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética. Possibilidades metodológicas para a alfabetização na perspectiva do letramento. Representação espacial. Cartografia. Implicações pedagógicas.			
e) Bibliografia básica: ANTUNES, I. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009. ALMEIDA, Rosângela D. de A., PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2008. BAKHTIN, M.(V.N. Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. 3. ed. Brasília, DF: 2001. BRASIL. SEB/MEC. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/index.php Acesso em: 20 abr. 2014. BRASIL. Secretaria da Educação Básica. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Organização de J. Beauchamp, S. D. Pagel, A. R. do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://www.mec.gov.br/ >. Acesso em: jan.2011. CAGLIARI, L. C. Alfabetização e Linguística. 12. ed. São Paulo: Scipione, 2005. CALLAI, Helena Copetti (org.). Educação geográfica: reflexão e prática. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2011. CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. Ensino de geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção idéias em ação / Coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho). CASTELLAR, Sônia (org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. COLLELO, S. M. (org.) Textos em contextos: reflexões sobre o ensino da língua escrita. 2. ed. São Paulo: Summus, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89695/247331.pdf?sequence=1 Acesso em: 20 abr. 2014. FARIA, A. L. G. de; MELLO, S. A. (orgs.). Linguagens infantis: outras formas de leitura. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. GERALDI, J. W. Linguagem e ensino: exercício de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras – ALB, 1996.			



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

GONTIJO, C.M.M. Alfabetização: a criança e a linguagem escrita. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

GOULART, C. M. A.; SOUZA, M. (orgs.). Como alfabetizar? Na roda com professoras dos anos iniciais. Campinas, SP: Papirus, 2015.

LEITE, S. A. (Org.). Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas, SP: Komedi: Arte Escrita, 2001.

LEMLE, M. Guia teórico do alfabetizador. 8. ed. São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, 2010.

SILVA, E. T. da (org.). Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M. Alfabetização: A questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, M. Entrevista. Plataforma do letramento. Disponível em: <http://www.plataformadoletramento.org.br/acervo-entrevista/393/magda-soares-discute-como-mediador-o-processo-de-aprendizagem-da-lingua-escrita.html> Acesso em: mai. 2014.

SOARES, M.. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 25, abr. 2004 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100002&lng=pt&nrm=iso Acesso: 20 de abr. 2014.

STRAFORINI, R. Ensinar geografia nas séries iniciais: o desafio da totalidade mundo. São Paulo: Anablume, 2004.

VYGOTSKI, L. S. Obras escogidas III: Incluye problemas del desarrollo de la psique. Visor: Madrid, 1995. [1931].

ZORZI, J. L. Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

f) Bibliografia complementar:

BORTOLOTTI, N. A interlocução em sala de aula. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CASTROGIOVANNI, Antonio C.; CALLAI, Helena C.; KAERCHER, Nestor A. (org) Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 9ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p.92 -123.

GERALDI, J. W. Portos de passagem. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; HEIDRICH, Bernadete B. Reflexões sobre o estudo do território. In: BUITONI, Marísia Margarida Santiago. Geografia: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, pp. 111 a 134. (Coleção Explorando o Ensino; v. 22) Disponível em: file:///C:/Users/geografia_ufsc/Downloads/2011_geografia_capa.pdf Acesso em 02/fev/2015.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

GANICA, Antonio Vicente; MARTINS-SALADIM, Maria Ednéia. Cartografias. In: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Geometria. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014, pp. 48 a 59.

LEITE, S. A. da S.; COLELLO, S. M. ; AMORIM, V. (org.). Alfabetização e letramento: pontos e contrapontos. 2. ed. São Paulo: Summus, 2010.

RIBEIRO, V. M. (Org.). Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003.

a) Nome da disciplina: Artes Visuais e Plásticas			
b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	15	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	1
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0
d) Ementa: Narrativa Visual. Linguagem Visual. Escultura. Pintura. Modelagem. Criação. Pesquisa. Repertório. Implicações pedagógicas.			
e) Bibliografia básica: NOGUEIRA, Márcia Pompeu e FRANZONI, Tereza Mara. Arte no Campo: perspectivas políticas e desafios. São Paulo: Outras Expressões, 2016. LADDAGA, Reinaldo. Estética da Emergência. São Paulo: Martins Fontes, 2015. KINCELER, José Luis et all. Arte e vida no desenvolvimento da sustentabilidade radical do ser. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2256/16.pdf KINCELER, José Luis. Outro ponto de vista: práticas colaborativas na arte contemporâneas. Disponível em: https://issuu.com/lso_rj/docs/livro_anpap_-_primeira_vers_o_fin SILVA, Adriana Alves da. A estética da infância no cinema: poéticas e culturas infantis. 2014 Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Educação, UNICAMP), Campinas.			
f) Bibliografia complementar: LUKÁCS, G. Estética. La peculiaridad de lo estético: categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético. Ediciones Grijalbo, Barcelona – México, 1966. GUATARRI, Felix. As três ecologias. Campinas: Papius, 2009.			



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

BORRIAUD, Nicolas. Estética Relacional. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

a) Nome da disciplina: Ciências da Natureza e Matemática			
b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	15	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	1
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0
d) Ementa: Natureza. Vida. Seres Vivos. Energia. Transformação. Ecologia. Relações entre ser humano e natureza. Grandezas. História do conceito. Representação. Implicações pedagógicas.			
e) Bibliografia básica: ALENCAR, Chico. Pascoalzinho pé no chão: uma fábula da reforma agrária. São Paulo : Expressão Popular, 2016. ARAÚJO, Elaine Sampaio. Matemática e Infância no “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil”: um olhar a partir da Teoria Histórico-Cultural. Zetetiké: Revista de Educação Matemática, Campinas, v. 18, n. 33, jan.-jun. 2010. Disponível em: < http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/zetetike/article/view/2802/2466 >. Acesso em: 24, set. 2012. LANNER MOURA, Anna Regina. O Movimento conceptual em sala de aula. In: MIGUEIS, Marlene Rocha; AZEVEDO, Maria da Graça. (Org.). Educação Matemática na infância: abordagens e desafios. Vila Nova de Gaia: Gailivros, 2007. PRIMAVESI, Ana. A convenção dos ventos e outros contos atuais do mundo em que vivemos. São Paulo : Expressão Popular, 2016. MOURA, Manoel Oriosvaldo de et al. A Atividade Orientadora de Ensino como unidade entre ensino e aprendizagem. In: MOURA, Manoel Oriosvaldo de (Org.). A Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural. Brasília: Liber Livro, 2010. _____. A atividade de ensino como ação formadora. In: CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira, 2001. _____. (Coord.). Controle da variação de quantidades. Atividades de ensino. Oficina Pedagógica de Matemática. São Paulo, USP, 1996. MIGUEIS, M. R.; AZEVEDO, M. G. (Org.). Educação Matemática na infância: abordagens e desafios. Vila Nova de Gaia: Gailivro, 2007. p. 39-64.			



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

VARGAS, Nivia Regina da Silva. De onde vem nossa comida. São Paulo : Expressão Popular, 2016.
SANTOS, Rosana Cavalcanti Maia. Ensino de Física para crianças. Florianópolis : V GUPECI, 2016.

f) Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Elaine Sampaio. Da formação e do formar-se: a atividade de aprendizagem docente em uma escola pública. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
IFRAH, George. Os números: a história de uma grande invenção. Rio de Janeiro : Globo, 1992.
LANNER de MOURA, A. R. A medida e a criança pré-escolar. Tese de Doutorado, Campinas. Faculdade de Educação. UNICAMP. 1995.
MOURA, Manoel Oriosvaldo A Construção do signo numérico em situação de ensino. 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1992.

a) Nome da disciplina: Seminário Temático

b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	90	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	4
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0

d) Ementa:

Relações entre educação, infância e saúde. Alimentação Saudável e infância. Produção de alimentos saudáveis, agroecologia. Soberania e segurança alimentar e nutricional. Aproveitamento integral dos alimentos. Práticas de plantio e identificação das plantas. Biodiversidade da fauna e da flora.

e) Bibliografia básica:

CONSEA. Publicações. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes>.
DOSSIÊ ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Disponível em: http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf.
FUCHS, Richard L. e ANDRIOLI, Antônio Inácio Transgênicos - As Sementes do Mal. São Paulo : Expressão Popular, 2008.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

LECERA/UFSC. Materiais audiovisuais e publicações. Disponível em: <http://www.lecera.ufsc.br/>.

MALUF Renato S., MENEZES Francisco, VALENTE, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil - Revista Cadernos de Debate, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88.

PINHEIRO MACHADO, LUIZ CARLOS / Pinheiro Machado Filho, Luiz Carlos: A Dialética da Agroecologia - Contribuição Para Um Mundo Com Alimentos Sem Veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

f) Bibliografia complementar:

A definir no decorrer do curso segundo os temas selecionados.

a) Nome da disciplina: Seminário Interativo

b) Carga horária teórica:
(1 crédito teórico equivale a 15h)

30

nº de créditos:
(1 crédito teórico equivale a 15h)

2

c) Carga horária prática:
(1 crédito prático equivale a 45h)

0

nº de créditos:
(1 crédito prático equivale a 45h)

0

d) Ementa:

Formação do coletivo pedagógico. Princípios de organização e autonomia.

e) Bibliografia básica:

MAKARENKO, A. La colectividad y la educación de la personalidad. Moscú: Editorial Progreso, 1977.

MST. Princípios de Educação do MST. São Paulo: 1996. (Cadernos de educação n. 8).

COLAVOLPE, Carlos Roberto; TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira (Orgs). Trabalho pedagógico e formação de professores/militantes culturais. Salvador: EDUFBA, 2009.

f) Bibliografia complementar:

A definir no decorrer do curso, conforme necessidade das temáticas enfocadas.

a) Nome da disciplina: Seminário Interativo Pedagógico

b) Carga horária teórica:

90

nº de créditos:

4



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

(1 crédito teórico equivale a 15h)		(1 crédito teórico equivale a 15h)	
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	0	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	0
d) Ementa: Diagnóstico da realidade educacional nos assentamentos e acampamentos. Exercício de instrumentos metodológicos: Observação, Registro, Planejamento, Avaliação e Reflexão sobre a atividade pedagógica. Orientação de trabalho de conclusão de curso (monografia).			
e) Bibliografia básica: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. MST. DOSSIÊ MST ESCOLA. Caderno de Educação nº 13. 2005. MST. Cartilha de Estudo: Organicidade e Planejamento. 2004. MST. Elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Documento interno, 2008. MST. Plano de Estudos. Curitiba, PR. 2013. MST. Princípios da Educação do MST. Porto Alegre, RS. 1996. MST. Método de Trabalho e Organização Popular. São Paulo, SP: MST, 2005. MST. Organicidade e o Planejamento: o funcionamento das brigadas no MST. São Paulo: MST, 2005.			
f) Bibliografia complementar: A definir conforme decorrer o curso.			

a) Nome da disciplina: Residência Pedagógica 1			
b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	0	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	0
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	45	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	1
d) Ementa: Diagnóstico da realidade educacional nos assentamentos e acampamentos. Exercício de instrumentos metodológicos: Observação, Registro, Planejamento, Avaliação e Reflexão sobre a atividade pedagógica.			



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

e) Bibliografia básica:

EDELSTEIN, Glória. Formar y formarse en el análisis de prácticas de la enseñanza: relatos desde una experiencia de formación. In: _____. El análisis didáctico de las prácticas de la enseñanza. Una alternativa para la reflexión crítica sobre el trabajo docente en los procesos de formación. (Tese). Córdoba : Universidad de Córdoba, 2007.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. In: Cadernos de Pesquisa. Revista Quadrimestral – julho 2002, nº 116. São Paulo: FCC, 2002, p. 41-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf>

WEFFORT, Madalena Freire. Observação, registro e reflexão. São Paulo, Espaço Pedagógico, 1996.

f) Bibliografia complementar:

OSTETTO, Luciana E. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências. In: OSTETTO, Luciana E. (org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores, 2008.

MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes; ALMEIDA, Maria Isabel de. A documentação pedagógica na abordagem italiana: apontamentos a partir de pesquisa bibliográfica. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12, n. 36, p. 441-458, maio/ago, 2012.

KUHLMANN JR., Moisés. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, Ana Lúcia G. de e PALHARES, Marina S. (org.). Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas, SP: Autores Associados - FE/UNICAMP; São Carlos, SP: Editora da UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999: 51-65.

SERRÃO, Maria Isabel Batista. Aprender a ensinar: aprendizagem do ensino sob o enfoque histórico cultural. São Paulo: Cortez, 2007.

a) Nome da disciplina: Residência Pedagógica 2

b) Carga horária teórica:
(1 crédito teórico equivale a 15h)

0

nº de créditos:
(1 crédito teórico equivale a 15h)

0

c) Carga horária prática:
(1 crédito prático equivale a 45h)

45

nº de créditos:
(1 crédito prático equivale a 45h)

1

d) Ementa:

Diagnóstico da realidade educacional nos assentamentos e acampamentos. Exercício de instrumentos metodológicos: Observação, Registro, Planejamento, Avaliação e Reflexão sobre a atividade pedagógica.



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

e) Bibliografia básica:

EDELSTEIN, Glória. Formar y formarse en el análisis de prácticas de la enseñanza: relatos desde una experiencia de formación. In: _____. El análisis didáctico de las prácticas de la enseñanza. Una alternativa para la reflexión crítica sobre el trabajo docente en los procesos de formación. (Tese). Córdoba: Universidad de Córdoba, 2007.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. In: Cadernos de Pesquisa. Revista Quadrimestral – julho 2002, nº 116. São Paulo: FCC, 2002, p. 41-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf>

MST. Princípios da Educação do MST. Porto Alegre, RS. 1996.

MST. Cadernos do Iterra Nº 03 – O MST e a pesquisa. ITERRA: Veranópolis: 2013

WEFFORT, Madalena Freire. Observação, registro e reflexão. São Paulo, Espaço Pedagógico, 1996.

f) Bibliografia complementar:

OSTETTO, Luciana E. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências. In: OSTETTO, Luciana E. (org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores, 2008.

MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes; ALMEIDA, Maria Isabel de. A documentação pedagógica na abordagem italiana: apontamentos a partir de pesquisa bibliográfica. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12, n. 36, p. 441-458, maio/ago, 2012.

KUHLMANN JR., Moisés. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, Ana Lúcia G. de e PALHARES, Marina S. (org.). Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas, SP: Autores Associados - FE/UNICAMP; São Carlos, SP: Editora da UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999: 51-65.

SERRÃO, Maria Isabel Batista. Aprender a ensinar: aprendizagem do ensino sob o enfoque histórico cultural. São Paulo: Cortez, 2007.

a) Nome da disciplina: Residência Pedagógica 3

b) Carga horária teórica: (1 crédito teórico equivale a 15h)	0	nº de créditos: (1 crédito teórico equivale a 15h)	0
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	45	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	1
d) Ementa:			



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

Diagnóstico da realidade educacional nos assentamentos e acampamentos. Exercício de instrumentos metodológicos: Observação, Registro, Planejamento, Avaliação e Reflexão sobre a atividade pedagógica. Exercício docente.

e) Bibliografia básica:

EDELSTEIN, Glória. Formar y formarse en el análisis de prácticas de la enseñanza: relatos desde una experiencia de formación. In: _____. El análisis didáctico de las prácticas de la enseñanza. Una alternativa para la reflexión crítica sobre el trabajo docente en los procesos de formación. (Tese). Córdoba : Universidad de Córdoba, 2007.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. In: Cadernos de Pesquisa. Revista Quadrimestral – julho 2002, nº 116. São Paulo: FCC, 2002, p. 41-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf>

MST. Escola Itinerante: uma prática pedagógica em acampamentos. Veranópolis: ITERRA, 2001.

ITERRA. Construindo o caminho numa escola de Assentamento do MST. Coleção Fazendo Escola. Veranópolis, RS: Iterra, 2000.

TROTSKI, Leon. Questões do modo de vida. São Paulo: Datacopy, 2003.

WEFFORT, Madalena Freire. Observação, registro e reflexão. São Paulo, Espaço Pedagógico, 1996.

f) Bibliografia complementar:

OSTETTO, Luciana E. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências. In: OSTETTO, Luciana E. (org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores, 2008.

MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes; ALMEIDA, Maria Isabel de. A documentação pedagógica na abordagem italiana: apontamentos a partir de pesquisa bibliográfica. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12, n. 36, p. 441-458, maio/ago, 2012.

KUHLMANN JR., Moisés. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, Ana Lúcia G. de e PALHARES, Marina S. (org.). Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas, SP: Autores Associados - FE/UNICAMP; São Carlos, SP: Editora da UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999: 51-65.

SERRÃO, Maria Isabel Batista. Aprender a ensinar: aprendizagem do ensino sob o enfoque histórico cultural. São Paulo: Cortez, 2007.

a) Nome da disciplina: Residência Pedagógica 4

b) Carga horária teórica:

0

nº de créditos:

0



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

(1 crédito teórico equivale a 15h)		(1 crédito teórico equivale a 15h)	
c) Carga horária prática: (1 crédito prático equivale a 45h)	45	nº de créditos: (1 crédito prático equivale a 45h)	1
d) Ementa: Diagnóstico da realidade educacional nos assentamentos e acampamentos. Exercício de instrumentos metodológicos: Observação, Registro, Planejamento, Avaliação e Reflexão sobre a atividade pedagógica. Exercício docente.			
e) Bibliografia básica: CAMINI, Isabella. O Cotidiano Pedagógico de professores e professoras de uma escola de assentamento do MST: limites e desafios. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1998. EDELSTEIN, Glória. Formar y formarse en el análisis de prácticas de la enseñanza: relatos desde una experiencia de formación. In: _____. El análisis didáctico de las prácticas de la enseñanza. Una alternativa para la reflexión crítica sobre el trabajo docente en los procesos de formación. (Tese). Córdoba : Universidad de Córdoba, 2007. KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. In: Cadernos de Pesquisa. Revista Quadrimestral – julho 2002, nº 116. São Paulo: FCC, 2002, p. 41-59. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf WEFFORT, Madalena Freire. Observação, registro e reflexão. São Paulo, Espaço Pedagógico, 1996.			
f) Bibliografia complementar: OSTETTO, Luciana E. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências. In: OSTETTO, Luciana E. (org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores, 2008. MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes; ALMEIDA, Maria Isabel de. A documentação pedagógica na abordagem italiana: apontamentos a partir de pesquisa bibliográfica. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12, n. 36, p. 441-458, maio/ago, 2012. KUHLMANN JR., Moisés. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, Ana Lúcia G. de e PALHARES, Marina S. (org.). Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas, SP: Autores Associados - FE/UNICAMP; São Carlos, SP: Editora da UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999: 51-65. SERRÃO, Maria Isabel Batista. Aprender a ensinar: aprendizagem do ensino sob o enfoque histórico cultural. São Paulo: Cortez, 2007.			



**Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada**

TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO

Estou ciente de que a divulgação do presente curso só poderá ocorrer após a aprovação pela Câmara de Pós-Graduação, e sua implantação se efetivará com o cadastro no CAPG pela PROPG. Assumo o compromisso de atualizar constantemente os dados do curso neste Sistema. (Resolução Normativa Nº15/CUn/2011, art. 9º e art. 13º)

Estou ciente de que qualquer alteração nesta proposta pedagógica deve ser aprovada, anteriormente, pelo colegiado do curso e encaminhada à PROPG para homologação da Câmara de Pós-Graduação (Resolução Normativa Nº15/CUn/2011, art. 9º §4º).

No prazo de 60 dias após o término do presente curso, comprometo-me a elaborar o relatório final, na forma estabelecida no Art. 26 da Resolução Normativa Nº15/CUn/2011 de 13 de dezembro de 2011 e encaminhá-lo à PROPG.

Florianópolis, 07 de outubro de 2024

Mauro Tilton